

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, SEGUNDO ACADÊMICOS DE ODONTOLOGIA

THE CITY HEALTH COUNCILS, ACCORDING TO DENTAL STUDENTS

Suzely Adas Saliba **MOIMAZ***, Iury Oliveira **CASTRO****, Nemre Adas **SALIBA*****, Cléa Adas Saliba **GARBIN*****, Andréia Antoniuk **PRESTA******, Tânia Adas **SALIBA*******

* Professoras Adjunto do Departamento de Odontologia Infantil e Social. UNESP -Universidade Estadual Paulista. Campus de Araçatuba.

** Estagiário da Disciplina de Odontologia Social. UNESP -Universidade Estadual Paulista. Campus de Araçatuba.

*** Professora Titular do Departamento de Odontologia Infantil e Social. UNESP -Universidade Estadual Paulista. Campus de Araçatuba.

**** Aluna do curso de Doutorado do Programa de Odontologia Preventiva e Social. UNESP - Universidade Estadual Paulista. Campus de Araçatuba.

***** Professora da Disciplina de Odontologia Social da Universidade Paulista / UNIP – Araçatuba.

Endereço para correspondência: Professora Titular Nemre Adas Saliba, UNESP - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Odontologia de Araçatuba, Odontologia Social, Rua José Bonifácio, 1193. Vila Mendonça, Araçatuba – SP CEP 16015-050, e-mail: nemre@foa.unesp.br, Fone: (018)36363250, Fax: 36363332

RELEVÂNCIA CLÍNICA

Os Conselhos Municipais de Saúde (CMS) possibilitam a participação popular nas decisões do setor saúde. Porém, mesmo os profissionais da saúde, muitas vezes não têm conhecimento sobre os CMS. Este estudo avaliou o grau de conhecimento de acadêmicos das Faculdades de Odontologia da UNESP e UNIP a respeito do assunto.

RESUMO

O presente estudo objetivou analisar o nível de conhecimento dos acadêmicos do último ano das Faculdades de Odontologia da UNESP – Universidade Estadual Paulista (n=72) e UNIP – Universidade Paulista (n=15), localizadas em Araçatuba-SP, a respeito dos Conselhos Municipais de Saúde. Os participantes responderam um questionário a respeito da conceituação e composição dos CMS, suas fontes de informação sobre o assunto, abordagem do tema pela Universidade e sua participação nos conselhos de seus municípios de origem. As respostas foram processadas e analisadas por meio do programa Epi Info v. 6.04. Verificou-se que 44% dos alunos nunca ouviram falar em CMS, nenhum deles havia participado de uma reunião e apenas um sabia da composição do Conselho. Mesmo entre estudantes de curso superior, da área de saúde, existe desinformação quanto ao processo de controle social. É papel das Universidades e dos centros formadores de recursos humanos em saúde, alertar e informar sobre a atuação dos CMS, incentivando a participação na tomada de decisões para a melhoria da saúde bucal e geral da população.

PALAVRAS-CHAVE: Conselhos de Saúde; sistemas de saúde; políticas de saúde; saúde pública.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the knowledge level of undergraduate students of UNESP – São Paulo State University (n=72) and UNIP - Paulista University (n=15) Dental Schools, located Araçatuba, Brazil, about City Health Councils (CHC). The participants answered a questionnaire about knowledge and composition of CHC, sources of information related to the subject, the theme approach by the university and their participation in the CHC of their cities. The answers were processed and analyzed by the software Epi Info (v.6.04). It was observed that 44% of the students had never heard about CHC, none of them had been in a meeting and just one subject knew the composition of the Council. Even among university students of the health sciences, there is a lack of information about the process of social control. The role of universities and centers for health-workers formation is to alert and to inform about the Health Councils work, motivating the participation of the subjects in the decisions for the improvement of general and oral health population.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal pela Lei 8.142/90, de 28 de dezembro de 1990 define: “O Conselho de Saúde em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo”.

O regimento interno do Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovado nas 79ª e 80ª reunião ordinária de agosto e setembro de 1998 define com clareza em seu artigo 2º, capítulo I que: “O Conselho Nacional de Saúde tem por finalidade atuar na formulação e controle da execução da política nacional de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social em toda a sua amplitude, no âmbito dos setores público e privado”¹, responsabilizando então os Conselhos Estaduais de Saúde por seu estado e os Conselhos Municipais de Saúde (CMS) pelo município.

Os Conselhos de Saúde são instâncias que objetivam viabilizar o controle social na gestão do SUS. Entende-se por controle social o controle realizado pelo conjunto da sociedade sobre o Estado, visando o benefício da própria sociedade

². Então, a população em sua totalidade será ou não beneficiada com projetos deliberados pelos conselhos.

Para garantir a participação popular, os conselhos reservam 50% de sua composição aos usuários. Os outros 50% ficam divididos entre representantes do Estado e trabalhadores do setor de saúde^{2,3}.

Com base em dados da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, no conjunto do país, as maiores representações nos CMS são dos movimentos sociais e comunitários bem como centrais sindicais, portadores de doença, organizações religiosas e empresárias. O predomínio é de representantes das associações de moradores e dos conselhos comunitários. “A segunda maior representação é a do poder executivo, em seguida aparecem os profissionais de saúde, sendo que a maioria desses profissionais é de entidades não específicas”⁴.

Uma avaliação do funcionamento dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde feita pelo Ministério da Saúde, concluiu que suas decisões são ainda incipientes, provavelmente em decorrência do conhecimento insuficiente dos cidadãos, e até mesmo dos profissionais de saúde, a respeito da legislação, situação sanitária e outros aspectos necessários ao exercício do controle social em saúde⁴.

Este estudo teve como objetivo avaliar o grau de conhecimento de acadêmicos de Odontologia a respeito dos CMS.

MATERIAL E MÉTODOS

O município de Araçatuba, localizado na região noroeste de São Paulo, conta com duas faculdades de Odontologia, uma pertencente à Universidade Estadual Paulista (UNESP) e outra à Universidade Paulista (UNIP). A primeira é uma Instituição pública de ensino e a segunda particular. As turmas do último ano do curso de Odontologia da UNESP e UNIP contavam, respectivamente, com 72 e 15 acadêmicos.

Após a obtenção dos termos de consentimento para a participação na pesquisa, um questionário, previamente testado, foi entregue aos 87 acadêmicos do último ano das duas universidades.

O questionário possibilitou caracterizar a amostra por meio de dados como: ano de nascimento, sexo, ano de ingresso na universidade e município de procedência. Dentro do questionamento específico ao CMS perguntamos a respeito do grau de conhecimento, por meio de que fonte obteve informações, abordagem do assunto pela universidade, a existência de conselho de saúde no município de procedência, sua participação e importância. O processamento e análise dos dados foram realizados por meio do programa Epi Info, v. 6.04.

RESULTADOS

Todos os acadêmicos participaram da pesquisa, perfazendo um total de 100% de questionários respondidos. A maioria dos acadêmicos tinha idade inferior a 24 anos, sendo 41 (47,1%) do gênero masculino. Quanto à procedência, 68 eram do estado de São Paulo, havendo também 10 de Goiás, 4 de Minas Gerais, 2 de Rondônia, 1 do Distrito Federal, 1 do Pará e 1 do Mato Grosso do Sul.

Apenas 1 dos 87 acadêmicos descreveu corretamente a composição do CMS.

DISCUSSÃO

Os Conselhos Municipais de Saúde (CMS) firmam em meios democráticos a possibilidade de atuação popular nas instâncias de planejamento e nas decisões no que se refere ao setor saúde, porém os cidadãos, até mesmo os

profissionais da saúde, muitas vezes não têm conhecimento sobre os mesmos e nem consciência do importante papel que podem desempenhar participando dos referidos Conselhos e das deliberações das políticas de saúde².

No presente estudo, apenas 56,3% dos participantes afirmaram que já ouviram falar sobre CMS. Isto se torna preocupante se considerarmos que os sujeitos da pesquisa são estudantes de nível superior e da área da saúde.

As fontes de informação mais apontadas foram a televisão e o jornal (Gráfico 1), talvez pelo fácil acesso a esses meios de comunicação. Assim como para a população em geral, para este grupo há um custo para utilização da Internet e os eventos científicos ficam restritos apenas àqueles que participam.

Aproximadamente a metade dos alunos de graduação (47,1%), que responderam ao questionamento afirmou que durante o curso foi abordado algum conteúdo relativo ao CMS. Existem duas implicações: caso tenha sido abordado algum conteúdo, fica explícito o desinteresse ou mesmo a falta de atenção da metade dos estudantes, que responderam ao questionário, para com as aulas. Por outro lado, se o conteúdo realmente não tivesse sido abordado por alguma disciplina até a data da aplicação do questionário, possivelmente os acadêmicos responderam que sim devido a algumas citações ou breves referências feitas sobre Conselhos de Saúde durante as aulas administradas. Sabemos que até a data em que os questionários foram aplicados o assunto não fora abordado com profundidade, já que dos 87 acadêmicos apenas 1(um) sabia a composição do CMS. Os professores das disciplinas responsáveis foram consultados e confirmaram que o assunto ainda não havia sido abordado até a data de preenchimento dos questionários. Conclui-se que as citações e referências aos Conselhos de Saúde em sala de aula foram breves e os acadêmicos não absorveram conhecimento suficiente para responder a questão.

Na pesquisa, observou-se também que 68,9% dos acadêmicos não sabem se existe Conselho de Saúde no seu município, 27,6% afirmam que existe e 1,2% que não existe e ainda 60,9%, nunca participaram de uma reunião. Pode-se concluir que a carência de Cirurgiões-Dentistas

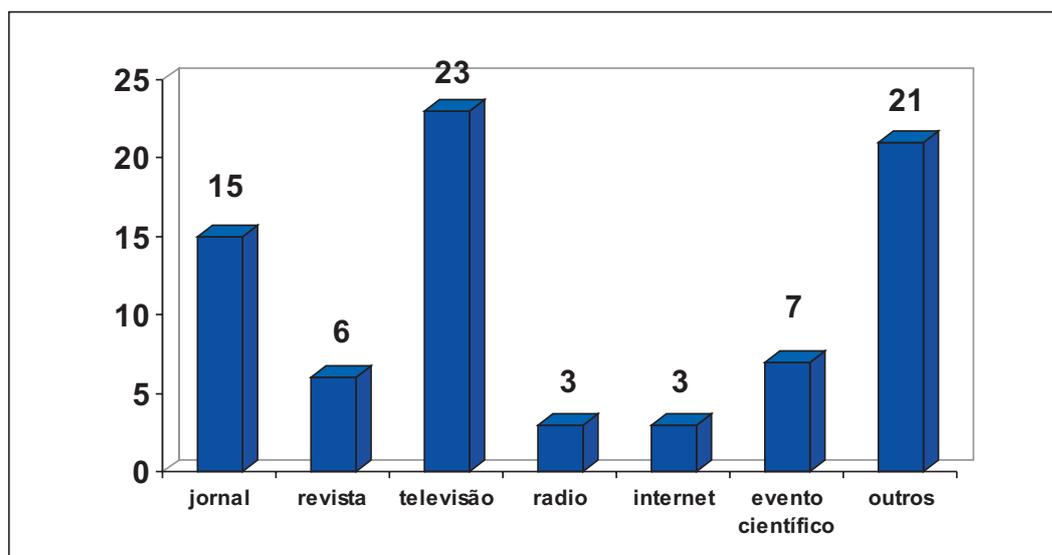


Gráfico 1 – Distribuição dos acadêmicos que conhecem os CMS (n=49), de acordo com as fontes de informação citadas. Araçatuba 2003.

nos Conselhos de Saúde^{5,6} não é ao acaso. O desinteresse é herança da graduação, talvez por falta de informação e incentivo.

Em contradição, 90,8% dos acadêmicos consideram importante a participação não só do Cirurgião-dentista, mas também de THDs e ACDs. Quanto à participação da população, 87,3% acham-na importante, porém ainda há 5,7% que não souberam responder e 7,0% não acreditam na sua importância para o controle social.

Ao afirmar que é nosso dever ético participar nas decisões que dizem respeito à saúde, Fortes⁷ (1997) lembra que da conquista legal que confirmou o direito do cidadão à saúde e o dever do Estado em garantir esse direito.

Porém, para exercer esse direito, é necessário que a sociedade tenha conhecimento dele e de como utilizá-lo. Infelizmente, segundo os professores das faculdades participantes deste estudo, a matéria relativa aos Conselhos de Saúde não é abordada com profundidade, sendo ministrada apenas no 2º semestre, assim como outras matérias de grande importância para a formação profissional. Essa falha na montagem da grade curricular das universidades deve ser corrigida pelos responsáveis, a fim de se adequar às condições de ensino impostas atualmente⁸ para formação de profissionais com perfil condizente às novas demandas do sistema

de saúde atual.

CONCLUSÃO

A falta de conhecimento apresentada pelos acadêmicos, futuros cirurgiões-dentistas, reflete a participação deficitária dos profissionais da classe nos Conselhos de Saúde e no processo de Controle Social e torna evidente a necessidade da inclusão do tema de forma mais sistemática e abrangente na grade curricular dessas Universidades.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Regimento Interno. Disponível em <http://www.datasus.gov.br/conselho/conselho.htm>. Acessado em Agosto 2001.
2. Rodrigues NS, et al. A prática do Controle Social através dos Conselhos de Saúde. *Divulgação Saúde Debate* 2000; 22:71-9.
3. Súmula. Conselhos de Saúde e Controle Social. *Radis* 2001;81:1-12.
4. Carvalho AI. Conselhos de Saúde no Brasil: Participação Cidadã e Controle Social. Rio de Janeiro: FASE/IBAM; 1995. 136p.
5. Marino SRA, Ortiga AMB. Enfermagem e

instâncias colegiadas de decisão: um estudo da representação da enfermagem nos conselhos municipais de saúde. Rev. Bras. Enferm. 1994; 47(2):91-9.

6. Alves-Souza RA. A Saúde Bucal nos Conselhos Municipais de Saúde: da Ação ao Direito. [Dissertação de Mestrado]. Araçatuba: Universidade Estadual Paulista; 2000.

7. Fortes PAC. A ética do controle social na saúde e os conselhos de saúde. Bioética 1997;5(1):71-6.

8. Brasil. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Superior. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em odontologia. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/resolucao/0302Odontologia.doc>> Acesso em 10 abr. 2003.